

Renato Marcão

Advogado. Membro aposentado do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Doutorando em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra.

Mestre em Direito Penal, Político e Econômico.

Membro do Instituto Brasileiro de Execução Penal (IBEP).

E-mail: rmarcao@terra.com.br

CURSO DE EXECUÇÃO PENAL

20ª edição

Revista, ampliada e atualizada

2023

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva **jur**

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência editorial	Thais Cassoli Reato César
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Jeferson Costa da Silva (coord.) Marisa Amaro dos Reis
Design e produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Laudemir Marinho dos Santos Camiila Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emilly Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Ricardo Gomes Barbosa
Revisão	Simone Silberschimid
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marti Rampim Sergio Lutz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9949

M313c	Marcão, Renato	
	Curso de execução penal / Renato Marcão. – 20. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.	
	272 p.	
	Inclui bibliografia.	
	ISBN: 978-65-5382-546-4 (Impresso)	
	1. Direito penal. 2. Crimes. 3. Princípios. 4. Ação. 5. Processo. 6. Procedimento. I. Título.	
2022-3762		CDD 345 CDU 343

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito penal	345
2. Direito penal	343

1231342

Data de fechamento da edição: 6-12-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 16343 CL 608055 CAE 819800

Índice

Abreviaturas.....	VII
Apresentação.....	XIII
Prefácio.....	XV

CAPÍTULO I
Dos Objetivos e da Aplicação da
Lei de Execução Penal

1. Pressuposto e objetivos da execução penal.....	1
2. Natureza jurídica.....	2
3. Princípios e garantias constitucionais.....	3
4. Exequente.....	3
5. Executado.....	4
6. Jurisdição especializada.....	5
7. Execução provisória.....	5
7.1. Execução provisória quando pendente de julgamento Recurso Especial ou Extraordinário.....	7
7.2. Execução provisória de penas restritivas de direitos.....	9
7.3. Execução provisória de <i>sursis</i>	10
7.4. Execução provisória de pena igual ou superior a 15 anos de reclusão, imposta no Tribunal do Júri...	10
7.5. Juízo competente em sede de execução provisória.....	11
8. Condenado pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.....	11
9. Condenado pela Justiça Estadual que cumpre pena em presídio federal.....	11
10. Princípio da isonomia e direitos não atingidos.....	11

CAPÍTULO II
Do Condenado e do Internado.
Da Classificação

1. Noções gerais.....	13
2. Exame criminológico e exame de personalidade.....	14
3. Implicações decorrentes da Lei n. 10.792, de 1º de dezembro de 2003.....	15
3.1. Classificação e individualização da pena.....	15
4. Identificação do perfil genético.....	16
4.1. Sobre a Lei n. 12.654, de 28 de maio de 2012.....	16
4.2. Identificação criminal.....	16
4.3. Sobre o art. 9º-A da Lei de Execução Penal.....	16
4.4. Identificação mediante extração de DNA – ácido desoxirribonucleico.....	17
4.5. Inconstitucionalidade da extração compulsória de DNA.....	17

CAPÍTULO III

Da Assistência

1. Generalidades	19
2. Assistência material	20
3. Assistência à saúde	20
4. Assistência jurídica	21
5. Assistência educacional	21
6. Assistência social	22
7. Assistência religiosa	23
8. Da assistência ao egresso	23

CAPÍTULO IV

Do Trabalho

1. Generalidades	25
2. Do trabalho interno	25
3. Do trabalho externo	26
3.1. Pena decorrente de condenação pela prática de crime hediondo ou assemelhado	27

CAPÍTULO V

Dos Deveres, dos Direitos e da Disciplina

1. Dos deveres	29
2. Dos direitos	30
3. Da disciplina	31
3.1. Das faltas disciplinares	32
3.2. O RDD – Regime Disciplinar Diferenciado	35
3.2.1. Origem histórica	35
3.2.2. O regime disciplinar diferenciado na Lei de Execução Penal	36
3.2.3. O isolamento preventivo e o regime disciplinar diferenciado preventivo ou cautelar	38
3.2.4. Procedimento	39
3.2.4.1. Inclusão preventiva no RDD	39
3.2.4.2. Decisão definitiva	39
3.2.5. Outras considerações ligadas ao regime disciplinar diferenciado	40
3.3. Das sanções	40
3.4. Das recompensas	43

CAPÍTULO VI

Dos Órgãos da Execução Penal

1. Órgãos da execução	45
2. Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	45
3. Do juízo da execução	46
3.1. Jurisdição	46
3.2. Juiz competente	47
3.3. Competência para a aplicação da lei mais benigna	48
3.3.1. A declarada inconstitucionalidade do regime inicial fechado <i>ex lege</i> e seus efeitos na execução penal	48

3.4.	Competência para declarar extinta a punibilidade	50
3.5.	Competência para decidir sobre soma ou unificação de penas	50
3.6.	Competência para decidir sobre progressão ou regressão de regime	51
3.6.1.	Progressão de regime	51
3.6.2.	Regressão de regime	51
3.6.2.1.	Regressão cautelar	51
3.7.	Competência para decidir sobre detração e remição de pena.....	52
3.7.1.	Detração.....	52
3.7.1.1.	Alcance da detração	52
3.7.2.	Remição.....	53
3.8.	Competência para decidir sobre suspensão condicional da pena.....	54
3.9.	Competência para decidir sobre livramento condicional	54
3.10.	Competência para decidir sobre incidentes da execução.....	55
3.11.	Competência para autorizar saídas temporárias	55
3.12.	Competência para determinar a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução.....	55
3.13.	Competência para determinar a conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade.....	57
3.14.	Competência para determinar a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos....	58
3.15.	Competência para determinar a aplicação da medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança.....	58
3.16.	Competência para determinar a revogação da medida de segurança	59
3.17.	Competência para determinar a desinternação e o restabelecimento da situação anterior.....	59
3.18.	Competência para determinar o cumprimento de pena ou de medida de segurança em outra comarca.....	59
3.19.	Competência para determinar a remoção do condenado na hipótese prevista no § 1º do art. 86 da LEP.....	59
3.20.	Zelar pelo correto cumprimento da pena e de medida de segurança.....	60
3.21.	Inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade.....	61
3.22.	Interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta lei.....	61
3.23.	Compor e instalar o Conselho da Comunidade.....	62
3.24.	Emitir anualmente atestado de pena a cumprir	63
4.	Do Ministério Público	64
5.	Do Conselho Penitenciário.....	64
6.	Dos departamentos penitenciários.....	66
7.	Do patronato.....	66
8.	Do Conselho da Comunidade.....	66
9.	Da Defensoria Pública.....	68

CAPÍTULO VII

Dos Estabelecimentos Penais

1.	Dos estabelecimentos penais.....	69
2.	Da prisão especial	72
3.	Da penitenciária	74

4. Da colônia agrícola, industrial ou similar	75
5. Da casa do albergado	78
6. Do centro de observação.....	79
7. Do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico	79
8. Da cadeia pública	80

CAPÍTULO VIII

Da Execução das Penas em Espécie

1. Das penas privativas de liberdade	83
2. Execução provisória	84
2.1. Execução provisória quando pendente de julgamento Recurso Especial ou Extraordinário.....	85
2.2. Execução provisória de penas restritivas de direitos	86
2.3. Execução provisória de <i>sursis</i>	87
3. Superveniência de doença mental.....	88
4. Cumprimento e extinção da pena	89

CAPÍTULO IX

Dos Regimes

1. Regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade.....	91
1.1. A declarada inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei n. 8.072/90 e seus reflexos na execução penal.....	93
2. Condenação por mais de um crime	94

CAPÍTULO X

Da Progressão de Regime

1. Progressão de regime e seus requisitos	97
1.1. Progressão	97
1.1.1. Progressão especial	98
1.2. Requisito objetivo	99
1.2.1. Pagamento da multa cumulativamente imposta como requisito para progressão de regime	101
1.2.2. Condenação por crime contra a administração pública.....	102
1.2.3. Organizações criminosas.....	102
1.2.3.1. Dispensa do(s) requisito(s) objetivo(s).....	102
1.2.3.2. A inconstitucionalidade do § 9º do art. 2º da Lei n. 12.850/2013.....	103
1.3. Requisito subjetivo.....	103
1.3.1. <i>Habeas corpus</i> visando progressão de regime	107
1.3.2. Exame criminológico obrigatório e exame criminológico facultativo.....	107
2. Progressão por salto	108
3. Competência.....	108
3.1. Condenado transferido.....	108
4. Necessidade de prévia oitiva do Ministério Público e da defesa.....	108
5. Falta grave e progressão	109

5.1.	Condenado inserido em presídio federal de segurança máxima	109
6.	Gravidade do delito	110
7.	A progressão de regime em face do Art. 75, § 1º, do Código Penal	110
8.	Falta de vagas em estabelecimento adequado	111
9.	Regime integral fechado e regime inicial fechado <i>ex lege</i>	112
9.1.	A inconstitucionalidade de ambos	112
10.	Da progressão para o regime aberto	113
11.	Da prisão-albergue domiciliar	114
11.1.	Monitoramento eletrônico	115
11.2.	Prisão-albergue domiciliar em razão da ausência de estabelecimento adequado para o cumprimento de pena no regime aberto	115
11.2.1.	Hipóteses excepcionais	117

CAPÍTULO XI

Da Regressão de Regime

1.	Generalidades	119
2.	Condutas ensejadoras de regressão	119
2.1.	Prática de fato definido como crime doloso	120
2.2.	Prática de falta grave	121
2.2.1.	Repercussões da falta grave	121
2.3.	Condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime	122
2.3.1.	Unificação de penas e data-base para a concessão de posteriores benefícios	123
2.4.	Frustrar os fins da execução	123
2.5.	Não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta	124
2.6.	Violação de deveres relacionados com o monitoramento eletrônico	124
3.	Ampla defesa e contraditório	124
3.1.	Executado que abandona o regime aberto e vai para lugar desconhecido	125
4.	Regressão cautelar	126

CAPÍTULO XII

Das autorizações de saída

1.	Generalidades	127
2.	Da permissão de saída	127
2.1.	Prazo da permissão de saída	128
3.	Da saída temporária	128
3.1.	Hipóteses autorizadoras e requisitos	128
3.2.	Competência	131
3.3.	Prazo	131
3.4.	Saídas automatizadas	131
3.5.	Condições para o gozo de saída temporária	132
3.6.	Monitoramento eletrônico	133
3.7.	Revogação do benefício	133
3.8.	Da recuperação do direito	133

CAPÍTULO XIII**Da remição**

1. Noção	135
2. Generalidades.....	135
3. Requisitos.....	136
3.1. Remição pelo trabalho.....	136
3.1.1. Horário especial.....	137
3.1.2. Atividades laborativas	137
3.2. Remição pelo estudo	138
3.2.1. Quem pode remir pena pelo estudo.....	139
3.2.2. Remição cumulativa	140
3.3. Remição pela leitura.....	140
3.4. Remição virtual ou ficta	141
4. Como se procede ao abatimento dos dias remidos.....	141
5. Procedimento e decisão judicial.....	142
6. Perda dos dias remidos.....	142
6.1. Ampla defesa e contraditório	143

CAPÍTULO XIV**Do livramento condicional**

1. Conceito e noção	145
2. Pressupostos.....	146
2.1. Pressupostos objetivos.....	146
2.1.1. Quantidade da pena	146
2.1.1.1. Sobre o art. 75 do Código Penal.....	148
2.1.2. Reparação do dano.....	149
2.2. Pressupostos subjetivos	150
3. Oitiva do Conselho Penitenciário, do Ministério Público e do defensor	151
3.1. Do Conselho Penitenciário.....	152
3.2. Do Ministério Público.....	152
3.3. Do defensor.....	152
4. Livramento condicional a estrangeiro	153
5. Condições do livramento	153
5.1. Noção.....	153
5.2. Condições obrigatórias.....	153
5.3. Condições facultativas.....	154
5.4. Condições legais indiretas.....	155
6. Carta e cerimônia de livramento.....	156
7. Modificação das condições.....	156
8. Suspensão do curso do livramento condicional.....	157
9. Revogação do livramento.....	159
9.1. Generalidades.....	159
9.2. Revogação obrigatória	159
9.3. Revogação facultativa	160
10. Outras considerações.....	161
11. Extinção da pena privativa de liberdade	162

CAPÍTULO XV

Do Monitoramento Eletrônico

1. Introdução.....	165
2. Autoridade competente para determinar o monitoramento	166
3. Cabimento.....	166
4. Cuidados e deveres do executado submetido a monitoramento eletrônico	166
4.1. Receber visitas do servidor responsável pelo monitoramento eletrônico, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações	166
4.2. Abster-se de remover, de violar, de modificar, de danificar de qualquer forma o dispositivo de monitoramento eletrônico ou de permitir que outrem o faça	167
5. Violação dos deveres pelo executado.....	167
5.1. Regressão de regime prisional	168
5.2. Revogação da autorização de saída temporária	168
5.3. Revogação da prisão domiciliar	169
5.4. Advertência escrita	169
6. Revogação do monitoramento.....	169
6.1. Desnecessidade ou inadequação.....	170
6.2. Violação de deveres	170
6.3. Prática de falta grave.....	170

CAPÍTULO XVI

Das penas restritivas de direitos

1. Introdução.....	171
2. As denominadas penas restritivas de direitos.....	172
3. Da execução das penas restritivas de direitos.....	173
3.1. Noções gerais.....	173
3.2. Prestação pecuniária.....	173
3.2.1. Prestação de outra natureza (ou prestação inominada).....	174
3.3. Perda de bens e valores.....	175
3.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	175
3.5. Interdição temporária de direitos.....	176
3.6. Limitação de fim de semana.....	177
3.7. Alteração da forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana.....	178
3.8. Execução provisória.....	178

CAPÍTULO XVII

Da suspensão condicional da pena

1. A suspensão condicional da pena ou <i>sursis</i>	181
2. Tipos de <i>sursis</i>	181
3. A execução do <i>sursis</i>	182
3.1. <i>Sursis</i> ineficaz ou sem efeito	183
3.2. Prorrogação e revogação do período de prova	185
3.2.1. Prorrogação	185
3.2.2. Revogação obrigatória e revogação facultativa	185

3.2.3.	Duplo <i>sursis</i>	186
3.2.4.	Cassação do <i>sursis</i>	186
3.2.5.	Extinção da punibilidade	187
3.2.6.	Registro.....	187
4.	Cabimento de <i>sursis</i> em condenação por crime hediondo ou assemelhado	187
5.	Execução provisória	188

CAPÍTULO XVIII

Da pena de multa

1.	Generalidades	189
2.	Do título executivo e da natureza jurídica	190
3.	Legitimação ativa	190
4.	Juízo competente.....	192
5.	Processamento	194
6.	Impossibilidade de conversão da multa em privativa de liberdade	195
6.1.	Sobre a impossibilidade de conversão nos Juizados Especiais Criminais.....	195
7.	Execução provisória	196
8.	Atualização monetária	197
9.	Detração.....	197
10.	Extinção da punibilidade sem o pagamento da multa.....	197

CAPÍTULO XIX

Da Execução das medidas de segurança

1.	Noções introdutórias.....	201
2.	Condições da execução	202
3.	Medidas de segurança em espécie	203
4.	Ausência de vaga para internação	204
5.	Da cessação de periculosidade.....	205
6.	Prazo máximo de duração	207

CAPÍTULO XX

Dos incidentes de execução

1.	Conceito e generalidades.....	209
2.	Das conversões.....	209
2.1.	Noção.....	209
3.	Das conversões em espécie	210
3.1.	Conversão da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, em restritiva de direitos.....	210
3.2.	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	211
3.2.1.	Conversão da pena de prestação de serviços à comunidade	213
3.2.2.	Conversão da pena de limitação de fim de semana	214
3.2.3.	Conversão da pena de interdição temporária de direitos.....	214
3.2.4.	Conversão das penas de prestação pecuniária e de perda de bens e valores	215
3.2.5.	Conversão da pena inominada (pena de prestação de outra natureza)	216
3.3.	Conversão da pena de multa em detenção.....	217
3.4.	Doença mental ou perturbação da saúde mental superveniente.....	217

3.4.1. Duração da medida de segurança substitutiva.....	218
3.5. Conversão do tratamento ambulatorial em internação.....	219
Do excesso ou desvio.....	220
4.1. Noções gerais.....	220
4.2. Do excesso.....	220
4.2.1. Sobre o § 8º do art. 2º da Lei n. 12.850/2013.....	221
4.3. Do desvio.....	221
4.4. Quem pode suscitar.....	221
Da anistia e do indulto.....	222
5.1. Notas introdutórias.....	222
5.2. Da anistia.....	223
5.2.1. Procedimento.....	223
5.3. Do indulto.....	224
5.3.1. Indulto individual.....	224
5.3.1.1. Procedimento.....	225
5.3.2. Indulto coletivo.....	225
5.3.2.1. Procedimento do indulto coletivo.....	227
5.3.2.2. Sobre o parecer do Conselho Penitenciário.....	227
5.3.3. Comutação de pena.....	228
5.4. Crimes hediondos e assemelhados.....	229

CAPÍTULO XXI

Do procedimento judicial

1. Introdução.....	231
2. Procedimento.....	231
3. Iniciativa.....	231
4. Processamento.....	232
5. Do agravo em execução.....	233
5.1. Fungibilidade recursal.....	234
5.2. Outras considerações.....	235

CAPÍTULO XXII

Disposições Finais e Transitórias

1. Divulgação indevida.....	237
2. Emprego de algemas.....	237
3. O condenado por crime político não está obrigado a trabalhar.....	238
4. Falta de estabelecimento adequado para o cumprimento de prisão civil e prisão administrativa.....	239
5. Direito ao esquecimento. Extinção da pena e anotações sobre a vida pretérita.....	239
5.1. Art. 202 da LEP <i>versus</i> reabilitação criminal.....	240
6. Implantação do sistema de execução penal.....	240

<i>Bibliografia</i>	243
---------------------------	-----